Estudo da ANJL mapeia 24 gateways no mercado ilegal de apostas

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Pagamentos · Estratégico

Estudo da ANJL mapeia 24 gateways no mercado ilegal de apostas

Levantamento com 3.183 evidências mostra que a camada de pagamento é mais estável que o domínio — e simula migração de até R$ 19,1 bi ao ilegal se cassino online for proibido

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 24/09/2026 às 07h03

· Atualizado em 16/10/2026 às 15h02

· 9 min de leitura

Por que importa

A concentração do mercado ilegal está no gateway, não no domínio: quem contrata PSP sem checar a carteira de clientes pode dividir infraestrutura com operação sem autorização.

O estudo dá base ao setor autorizado para exigir de PSPs declaração de carteira e atendimento exclusivo a licenciados, com cláusula de rescisão.

Se a MP restringir cassino online, a vertical que responde por 73,9% do volume do mercado autorizado entra em revisão de orçamento sem prazo de preparação.

Estudo da ANJL mapeia 24 gateways no mercado ilegal de apostas

A ANJL publicou estudo técnico com monitoramento próprio da oferta de apostas sem autorização no Brasil que mede, pela primeira vez, a camada de pagamento do mercado ilegal: 24 gateways, 93 CNPJs recebedores e 23 instituições de pagamento identificados em 3.183 evidências documentadas — dado que muda a pergunta que times de pagamentos e compliance financeiro de operadores autorizados precisam fazer aos seus intermediadores.

O documento é a versão 1.2 do estudo, datada de Brasília, 18/09/2026, e foi publicado quando o governo ainda avaliava editar medida provisória restringindo jogos online. Dentro do estudo, a proibição do cassino online aparece como simulação, não como norma — mas essa condição deixou de valer no dia seguinte à publicação desta matéria: em 25/09/2026 foi editada a MP 1.394/2026, que proíbe apostas de quota fixa sobre eventos reais e jogos on-line em todo o território nacional. A proibição é norma vigente, e os cenários simulados abaixo permanecem no texto apenas como registro histórico. Veja a atualização ao fim da matéria. (Apuração do iGBRASIL: há divergência de numeração entre fontes — material do Senado cita MPV 1.393/2026 para o pacote editado na mesma data.)

O gateway dura mais que o domínio

O achado central é de persistência. Os 3.183 registros vêm de 21 relatórios produzidos entre maio e setembro de 2026. Nesse intervalo, 15 gateways e 45 CNPJs identificados em maio e junho seguiam recebendo em setembro, com medianas de 124 e 112 dias de atividade. Por esses intermediadores passam 94,8% e 82,6% das casas com registro de pagamento no monitoramento.

A concentração é o segundo ponto: um único gateway atende 843 sites, o maior CNPJ recebedor aparece em 274 casas e 11 gateways somam 50 ou mais sites cada. "A camada de pagamento é mais estável e mais concentrada", registra o estudo. O contraste com o domínio é direto — endereços bloqueados são substituídos em dias, enquanto o trilho financeiro permanece por meses.

IndicadorValor

Gateways identificados24

CNPJs recebedores93

Instituições de pagamento23

Maior gateway843 sites atendidos

Estudo da ANJL mapeia 24 gateways no mercado ilegal de apostas

Maior CNPJ recebedor274 sites

Gateways com 50+ sites11

Persistência (mediana)124 dias (gateways) e 112 dias (CNPJs)

Evidências documentadas3.183, em 21 relatórios

Camada de pagamento do mercado sem autorização (mai–set/2026)

Escala da oferta sem autorização

O estudo atribui à SPA/MF o número de 66.482 domínios sem autorização bloqueados entre janeiro de 2025 e setembro de 2026 — mais de 355 bloqueios por domínio autorizado, contra 82 empresas, 188 marcas e 187 domínios .bet.br na lista da SPA extraída em 18/09/2026 — foto anterior à MP 1.394/2026, que extinguiu as autorizações vigentes. O iGBRASIL já registrou que esse balanço atribuído à SPA circula sem link para documento oficial publicado; a ressalva permanece.

A ANJL monitora 9.986 domínios. Entre 11 e 18 de setembro, 6.409 respondiam normalmente, 1.644 redirecionavam e 1.205 não respondiam. A reposição é contínua: 13,7 novos domínios por dia entre junho e agosto de 2026, segundo consulta WHOIS sobre base de 6.567 endereços, e 8,2/dia na média dos 12 meses até agosto. Em 1.682 de 4.477 endereços fora de operação (37,6%), a mesma marca aparecia ativa em outro endereço.

Nosso estudo mostrou que dos sites que ficam fora do âmbito nacional, 55,8% usam rede de distribuição que oculta a hospedagem de origem e 98,3% dos domínios estão fora da terminação 'br'.

Plínio Lemos Jorge, presidente da ANJL

O que a simulação de proibição diz

Sobre um GGR autorizado de R$ 36,96 bilhões em 2025 (SPA/MF) e uma participação de 73,9% do cassino online no volume — métrica que o próprio estudo aplica com ressalva —, a ANJL simula três taxas de migração ao ilegal em caso de proibição da vertical. São premissas declaradas, não projeções validadas por terceiro, e partem de uma participação ilegal atual estimada em cerca de 41% das apostas. Premissa superada: o estudo modelou a proibição apenas do cassino online, com o restante do mercado seguindo autorizado. A MP 1.394/2026 alcançou também as apostas sobre eventos reais de temática esportiva e extinguiu as concessões — logo, a base

migrável é o GGR inteiro, e não os 73,9% do cassino. Os números abaixo subestimam o cenário real por construção.

Taxa de migração	Volume ao mercado ilegal	Participação ilegal
30%	R$ 8,2 bi/ano	78%
50%	R$ 13,7 bi/ano	80%
70%	R$ 19,1 bi/ano	82%

Cenários simulados pela ANJL (premissas, não previsões)

No lado fiscal, o estudo parte de estimativa LCA/IBJR de R$ 7,2 a 10,8 bilhões por ano já não recolhidos pela oferta sem autorização e calcula que a proibição do cassino online eliminaria de R$ 3,6 a 7,4 bilhões adicionais, usando a contribuição de 13% sobre o GGR prevista na Lei 14.790/2023 — conta que, com a extinção das autorizações pela MP 1.394/2026, tende ao total arrecadado pelo mercado regulado. O setor autorizado recolheu R$ 9,95 bilhões em tributos em 2025, mais R$ 2,5 bilhões em outorgas, e R$ 8,75 bilhões de janeiro a julho de 2026.

Leitura obrigatória: a ANJL é parte

O estudo é da entidade que representa operadores autorizados, interessada direta no debate da MP. Gateways, CNPJs e instituições de pagamento estão anonimizados na versão pública, o que impede o operador de cruzar nomes a partir do documento. O que é aproveitável de imediato é o método: em julho de 2026, o Ministério da Fazenda notificou 37 fintechs ligadas a cerca de 160 casas e a mais de 40 mil sites, e a Portaria SPA 2.750 já obriga o bloqueio de pagamentos a bets ilegais.

O que fazer nesta semana

Mapear todos os PSPs e gateways da cadeia e pedir por escrito confirmação de que não processam para operadores sem autorização da SPA/MF, com cláusula de rescisão imediata.

Cruzar CNPJs recebedores e instituições de pagamento em uso na operação com as notificações feitas pela Fazenda às 37 fintechs em julho de 2026.

Manter auditável a evidência de bloqueio de beneficiários de Bolsa Família e BPC e de atendimento a pedidos de autoexclusão.

Checklist superada pela MP 1.394/2026: com a extinção das autorizações, o roteiro desta

semana é de encerramento ordenado — baixa de contas transacionais, preservação de trilha de auditoria e guarda de evidência de bloqueios e autoexclusões — e não de renovação de contrato por vertical.

O comparativo de proteções é o argumento que o setor leva ao Planalto: 3 milhões de beneficiários de Bolsa Família e BPC bloqueados, mais de 1,2 milhão de pedidos de autoexclusão e 5 milhões de pessoas impedidas de acessar, conforme dados do mercado autorizado citados no estudo — patamar coerente com o registro de que a autoexclusão passou de 1 milhão de CPFs. Nenhuma dessas travas existe na camada que o estudo mapeou.

A MP tem força de lei e entrou em vigor na edição, em 25/09/2026, com prazos já na semana seguinte — o que reduziu a zero o tempo de preparação para quem não tinha feito a conta de exposição nem organizado a trilha do dinheiro na conta transacional.

Due diligence de PSP

Receba no e-mail as próximas apurações sobre a tramitação da MP 1.394/2026 no Congresso, as obrigações remanescentes de PSPs e o risco de responsabilização do intermediário financeiro. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Atualização — 16/10/2026

Um dia depois da publicação desta matéria, em 25 de setembro de 2026, foi editada a MP 1.394/2026, que veta apostas de quota fixa sobre eventos reais, cassinos on-line, novos aportes, publicidade e patrocínios em todo o território nacional. A medida previu a extinção das concessões em 30 dias contados de 25/09 e o bloqueio de sites e aplicativos em 10 dias. Há divergência de numeração entre fontes — material do Senado traz MPV 1.393/2026 para o pacote editado na mesma data, acompanhado de projeto de lei que tipifica crimes de descumprimento.

Linha do tempo fechada

25/09/2026 — edição da MP, com vigência imediata.

05/10/2026 — limite para apostadores sacarem saldos; o estoque em conta era de R$ 1,7 bilhão, segundo o Ministério da Fazenda.

06/10/2026 — sites fora do ar em definitivo.

Estudo da ANJL mapeia 24 gateways no mercado ilegal de apostas

09 a 14/10/2026 — devolução dos saldos pelos bancos.

13/10/2026 — fim do prazo de emendas no Congresso.

23/11/2026 — fim da vigência inicial dos 120 dias, prorrogável por mais 60.

Emendas: contagens divergentes e o cenário de meio-termo

As contagens públicas divergem. Uma apuração registra 97 emendas protocoladas, cinco retiradas e 92 remanescentes; outra fala em 99 protocoladas, cinco retiradas e 95 em análise. A comissão mista ainda não foi instalada. Parte dos parlamentares defende a reabertura do mercado regulado; outra parte propõe manter as apostas esportivas e proibir apenas os jogos de cassino online — convergência que concentra o debate. O deputado Mauricio Neves (PP-SP) propõe restabelecer as autorizações extintas pela MP, e há emendas voltadas a preservar contratos de patrocínio e as licenças já pagas.

Para o leitor que planeja 2027, as variáveis que decidem o trimestre são três: a instalação da comissão mista, quem assume a relatoria e se o meio-termo (esportivo sim, cassino não) prevalece. É o que define se haverá mercado autorizado no ano que vem.

O que o estudo acertou

A tese de que o trilho financeiro dura mais que o domínio passou por teste de campo. Monitoramento aponta que o mercado ilegal de apostas cresceu sete vezes após a proibição, e a própria ANJL identificou mais de 200 novos sites ilegais apenas durante o feriado do Dia das Crianças. Antes disso, MJSP e Ministério da Fazenda já haviam solicitado a derrubada de 5.209 sites e, em seguida, de mais 506. O patamar de bloqueios citado no estudo ganhou registro público: a SPA informou ter bloqueado mais de 66 mil domínios e aplicado R$ 18 milhões em multas na fiscalização de apostas online. A capacidade atual de detecção se apoia no acordo firmado entre SPA, Anatel e ANJL para aprimorar identificação e bloqueio de sites ilegais.

Pagamentos depois da proibição

A camada de pagamento é hoje o ponto crítico da operação. Com o mercado autorizado extinto, restam obrigações de PSPs quanto a encerramento de contas transacionais, devolução de saldos e guarda da trilha de auditoria. A Portaria SPA 2.750 e a portaria de enfrentamento ao mercado ilegal publicada pela SPA seguem aplicáveis, assim como a estratégia de estrangulamento financeiro via bancos e instituições de pagamento. O risco que o texto

Estudo da ANJL mapeia 24 gateways no mercado ilegal de apostas

original só tangenciava virou exposição concreta: impostos devidos por bets ilegais podem ser cobrados de bancos que ignorarem alerta da Fazenda.

A posição pública da ANJL também mudou de tom — do alerta preventivo ao balanço de dano. O presidente da entidade afirmou que o "governo pôs abaixo uma indústria inteira", e a associação rebate o governo sustentando que as apostas migraram para o mercado clandestino. Permanece a ressalva de interesse: a ANJL é parte no debate, agora como parte vencida no desenlace, e os gateways, CNPJs e instituições de pagamento seguem anonimizados na versão pública do estudo.

Assuntos:

ANJL · Cassino online · Mercado ilegal · Pagamentos · PSPs · SPA/MF

Fonte original:

https://igbrasil.com/noticias/pagamentos/estudo-da-anjl-mapeia-24-gateways-no-mercado-ilegal-de-apostas

iGBRASIL

Documento gerado em 23/11/2026 às 09h35.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.